

Bode expiatório para avaliações frustradas

As expectativas das nossas autoridades, neste começo de semana, não oficialmente proclamadas, mas oficiosamente comentadas, são mais ou menos as seguintes:

1) que o chefe da missão do FMI, Eduardo Wiesner, regressará de Washington com um voto favorável aos nossos pontos de vista, ou seja, que o impasse nas conversações técnicas, que se declarou durante a semana passada, será superado com o reconhecimento, pela diretoria do FMI, da procedência das nossas argumentações;

2) que os economistas enviados pelos credores particulares, depois de examinarem nossas contas e o que temos feito para "ajustar" nossa economia, passarão, de certo modo, a "advogar" nossa causa junto ao FMI;

3) que o nosso poder de barganha, agora, é maior do que no final do ano passado, uma vez que as finanças e a economia internacionais dão sinais de normalização e somente o "caso" brasileiro poderia pôr a perder os progressos já efetuados.

Na área empresarial privada as expectativas são menos triunfalistas, como sempre. Os homens de negócios costumam ter senso mais prático, e o que vêm ficou mais ou menos sintetizado por uma frase do sr. Olavo Setúbal numa entrevista à televisão: nós temos sido ajudados, nossos pagamentos internacionais têm sido "rolados" de algum modo, mas nada temos feito, internamente, para compensar e tornar constitutiva essa boa vontade externa. Na prática temos vivido de promessas, a maior delas a de fazer uma inflação que era de menos de 100% no final do ano passado recuar para a casa dos 70%, sendo que, afinal, ela se encontra na casa dos 120% ao ano.

Aliás, expectativas vãs e promessas adiadas têm sido a norma nos tempos recentes. Começando apenas com a reunião do FMI em Toronto, no ano passado, verificamos que nossas autoridades vieram formulando hipóteses de trabalho inteiramente contraditadas pelos fatos: primeiro, de que a crise financeira resultante do pânico em Toronto seria passageira; a seguir, de que, apesar dela, não seria preciso recorrer ao FMI; depois, que os acordos formalizados tanto com o FMI quanto com os credores privados iriam garantir-nos tranquilidade financeira para atravessar o ano de 1983; em seguida, que a maxidesvalorização não seria necessária, uma vez que com ligeira aceleração das minis alcançaríamos o objetivo de superávit comercial; ultimamente, que o descumprimento das metas formalizadas no acordo com o FMI seria relevante e este liberaria a segunda parcela do seu crédito; e, mesmo depois de constatada a frustração dessa expectativa, formou-se outra, de que o waiver por parte do FMI seria concedido até final de junho, de modo que o dinheiro sairia no início de julho. Agora estamos aí, com nova data de vencimento do que devemos ao BIS em Genebra se aproximando e sem a menor esperança de recebermos o desembolso do FMI.

Sejamos realistas. É evidente que essa comprovada incapacidade de formular expectativas realistas quanto às nossas próprias necessidades, e, portanto, de alinhar um programa de recuperação confiável, aliada à evidente contemporização com a contrapartida interna do programa de apoio externo — tudo isso cansou e frustrou aqueles que, lá fora, esperavam maior dose de disciplina e responsabilidade por parte do Brasil.

JORNAL DA TARDE
ou sem FMI o "ajuste" das contas financeiras internas era e continua a ser inevitável. O que o torna mais traumático do que poderia ter sido não é a presença do FMI ou de um steering committee qualquer, mas sim, como dissemos já em nosso comentário de ontem, a demora em agir por parte de autoridades que viveram sempre de mistificações e que ainda agora mantêm a esperança de poder sair dessa sem ter de fazer nada de incômodo ou desconfortável — principalmente para si próprias. E, enquanto continuam a tergiversar, as chamadas "massas" saem às ruas para desancar o FMI, as multas, o capital financeiro, o imperialismo, etc., numa monótona e reacionária reedição do linguajar da década dos 50 (que só nos levou a 64).

Isso não apenas é fato sabido nos meios financeiros bem-informados como fica publicamente patente por declarações discretas porém inteligíveis. Ainda ontem o *Jornal da Tarde* publicava observações do diretor da área internacional do Banco Itaú, sr. Sérgio de Freitas, sobre o novo comitê de aconselhamento formado pelos credores do Brasil: "É mais uma estruturação dos credores do que uma ação do devedor". E mais adiante: "Os projetos estão em execução, mas não sob a ação anterior. Antes, estabeleceu-se uma ação estimulada pelo governo brasileiro; agora o governo deixa os contatos indiretos e passa a ter um contato direto estritamente com o steering committee (comitê de direção), que no caso brasileiro está sendo chamado de advisory committee (sic) e antes não existia. O governo brasileiro considerava que a inexistência de um steering committee ou de um advisory committee era uma vitória. Hoje, aceitou e é uma posição em si neutra, mas que deverá dar resultado global muito melhor".

Os leitores atentos devem estar lembrados de que, logo que se falou na reformulação do acordo com os credores, comentamos aqui o que significava um steering committee e por que as autoridades brasileiras gostariam de evitar essa expressão. Desde o início muitos credores queriam um comitê desse tipo porque não confiavam em simples promessas do governo brasileiro. Foram vencidos, e tivemos uma experiência de seis meses durante a qual se verificou que eles tinham razão. De modo que agora estaremos sendo "assessorados" nas nossas medidas de política econômica interna não apenas pela missão do FMI, o que seria diplomaticamente palatável, mas também por um steering committee de bancos privados — o que, obviamente, será negado pelas autoridades, mas comprovado pelos fatos, como sempre.

Enfim, o que está acontecendo é simplesmente aquilo que o ex-ministro Karlos Rischbieter dizia ao *Jornal da Tarde* na última sexta-feira: estamos sendo obrigados a tomar medidas que "poderíamos ter tomado sem ir ao Fundo". Em nossa opinião, diríamos que se trata de medidas que deveríamos ter tomado sem ir ao Fundo, e que provavelmente, se adequadamente adotadas em momento oportuno, teriam tornado desnecessária nossa ida ao Fundo.

É isso que nosso governo não tem coragem política para dizer alto e bom som: que com FMI